

RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a nobreza traja de branco: a Comunidade Cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003. 568 p.

O livro com o título em epigrafe e publicado em 2003 tem como base a dissertação de Mestrado apresentada pelo autor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no âmbito do Mestrado em História da Idade Média no ano de 2000. Ao incidir sobre uma instituição eclesiástica regular, no caso concreto um mosteiro feminino, e escolhendo como horizonte temporal um abadessado de cerca de treze anos, o estudo de Luís Rêpas parece incluir-se na longa linha de análises que ao longo das últimas décadas se têm centrado, mormente, no estudo individual de instituições regulares e, muito em especial, de instituições femininas, de entre as quais se realçam as dedicadas aos mosteiros de Celas de Coimbra ¹ e de Lorvão ², mencionadas, aliás, amiúde, pelo autor, como contrapontos comparativos.

Contudo, o estudo em causa apresenta algumas virtualidades próprias que merecem ser destacadas desde o início de forma a enquadrar a análise sintética que a seguir será elaborada.

Ao escolher o mosteiro de Arouca como base do seu trabalho Luís Rêpas retomou, como é aliás salientado no prefácio que antecede esta obra, uma área de investigação sulcada originalmente por Maria Helena da Cruz Coelho no decurso da década de setenta. O estudo então elaborado sobre o mosteiro de Arouca até ao século XIII ou mais propriamente até cerca de 1226 procurou retrazar as linhas de instalação e de crescimento deste cenóbio ao longo dos primeiros tempos da sua existência ³. Pelo contrário, Luís Rêpas, se bem que retomando o caminho já parcialmente traçado, analisa um mosteiro já instalado, constituído por uma numerosa comunidade de monjas, com origens familiares que entroncavam nos mais importantes escalões da nobreza deste período e com um património definido nas suas grandes linhas.

É, pois, um mosteiro feminino no qual, preferencialmente, as senhoras da nobreza portuguesa se recolhiam, e este, como veremos, será um eixo preferencial do estudo elaborado, o que o autor analisa no decurso de treze anos da sua existência coincidentes com o abadessado de D. Luca Rodrigues de Valadares. A escolha de uma janela cronológica delimitada pelo governo de uma abadessa, comporta, inevitavelmente, como o próprio Luís Rêpas realça, algumas limitações derivadas, sobretudo, da autonomização de um período temporal curto que não se compadece com os ritmos mais longos de evolução da vida da comunidade, e que fez com que o autor não raras vezes se visse compelido a recuar ou a avançar na sua análise quando os temas abordados ou a explicitação de um processo assim o impunham. Desta forma, sem questionar o período central escolhido, Luís Rêpas fornece-nos uma imagem um pouco mais ambiciosa do que aquela que treze anos de abadessado permitiriam, reflectindo um conhecimento, se bem que menos aprofundado, por opção de abordagem, dos anos e governos das anteriores abadessas.

Aliás, o próprio índice proposto evidencia essa flexibilidade cronológica ao propor uma abordagem em duas partes: o mosteiro até ao início do abadessado de D. Luca e

¹ Maria do Rosário Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

² Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*, Lisboa, 2001.

³ Maria Helena Coelho, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, 2ª ed., Arouca, 1988.

durante o seu governo. Nesta última parte, o estudo articula-se em torno de quatro diferentes níveis de análise: a comunidade, os interesses das famílias ligadas ao convento, o património e as relações da comunidade com o exterior.

Seguindo a regra de Cister a partir de 1226 e sob a protecção de D. Mafalda, Arouca transformou-se paulatinamente, ao longo do século XIII num dos destinos, senão no destino preferencial de recolhimento de alguns dos membros femininos da mais importante nobreza destas décadas. Aí confluíram famílias ligadas entre si, no século, por casamentos ou estratégias convergentes, bem como diferentes gerações femininas de uma mesma família, factores que contribuíram para o desenhar de intrincadas redes de relações cujos efeitos se repercutiram na vida da comunidade e na sua gestão. Assim, não surpreende a sucessão de abadessas que marcou o período definido pela centúria de Duzentos até à ascensão de D. Luca Rodrigues, antecedida pelo longo governo de D. Maior Martins de Riba de Vizela e pela curta gestão de D. Guiomar Gil, também de Riba de Vizela, dois membros de uma linhagem que ganhou notoriedade no decurso da primeira metade do século XIII e cuja ascensão e consolidação política e patrimonial no panorama político destas décadas parece coincidir com uma longa fase de domínio desta linhagem à frente dos destinos de Arouca, mais propriamente entre 1244 e 1286.

A viragem dar-se-á exactamente com a designação de D. Luca Rodrigues de Valadares para abadessa, designação que, não obstante os laços colaterais que uniam esta religiosa a Maior Martins de Riba de Vizela, representará uma inflexão no conjunto das linhagens dominantes do lugar de topo da hierarquia da comunidade do cenóbio de Arouca. Filha de Rui Pais de Valadares e de Maria Pais de Azevedo, D. Luca não será o único membro da sua família nem da sua geração a enveredar pela vida regular. Também sua irmã, Sancha Rodrigues, seguirá um percurso religioso, não sob a protecção deste mosteiro, mas sim à sombra de uma instituição que localizada mais a Sul, se assumia igualmente como destino de muitos membros da nobreza. Referimo-nos a Lorvão, mosteiro colocado sob a influência de uma das filhas de Sancho I, Teresa, e que sob a sua protecção consolidou a sua posição no conjunto das instituições regulares femininas.

Mas a par da análise das ligações familiares de D. Luca, o autor fornece-nos ainda um quadro sintético das principais características que marcavam o conjunto de 40 monjas identificadas para estes anos, número que lhe parece próximo da realidade vigente e que colocava Arouca como um dos mais importantes mosteiros de então. E de entre essas características uma parece ressaltar: o da origem privilegiadamente nobiliárquica dos seus membros, em detrimento de uma origem burguesa ou ligada às oligarquias locais, como acontecia em outras Casas. Assim, a partir da análise deste conjunto de religiosas e socorrendo-se dos dados coligidos em importantes micro-biografias inseridas como apêndice ao estudo, Luís Rêpas conclui pela presença de senhoras oriundas da alta e média nobreza de corte e de uma nobreza inferior, “de implantação regional” (p. 52), mas não oriundas de outros estratos sociais, que a estarem presentes no mosteiro, o estariam apenas em lugares subalternos.

Na verdade, a importância que as monjas oriundas de meios nobres assumem no contexto da comunidade arouquense não constitui um dado absolutamente original. Os estudos já existentes sobre esta e outras instituições regulares e sobre a vivência religiosa feminina ⁴,

⁴ Maria Helena Coelho e Rui Cunha Martins, “O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII – XIV)” *Theologica*, II série, vol. XXVIII, fasc. 2, Braga, 1993, pp. 481-506.

apontaram já no sentido da existência de alguns mosteiros que funcionaram como destino preferencial das mulheres da alta nobreza que seguiam um percurso religioso e de entre estes Arouca ocupava, inegavelmente, um lugar central. No entanto, e tal como Luís Rêpas, refere permanece em aberto o estudo do aprofundamento dessa ligação, de forma a permitir o estabelecimento de ritmos e fases nesse processo de relação entre a nobreza e as comunidades conventuais femininas, bem como a caracterização sociológica de diferentes comunidades de forma a que seja possível estabelecer comparações fiáveis e que até agora têm sido alicerçadas no estudo de pequenos universos de exemplos. Por outro lado, e seguindo também o raciocínio presente nesta análise, caberá analisar as estratégias prevalentes na designação dos cargos cimeiros da comunidade, especificamente os cargos de abadessa e de priora, cujas detentoras nos surgem, muitas vezes, bem mais iluminadas pela documentação do que as restantes monjas que não almejaram ascender a tais lugares. Na verdade, a coincidência que parece existir em Arouca entre a ascensão política e económica da linhagem dos Riba de Vizela e o controle do lugar de abadessa por membros femininos desta linhagem, poderá constituir uma articulação a não desprezar em outras abordagens mais amplas, enquanto indício de uma ligação, mais ou menos clara, entre o século e a regra.

Os dois últimos capítulos desta obra debruçam-se sobre o património e as relações com a comunidade. No que se refere ao primeiro uma abordagem limitada a treze anos da existência de uma instituição proporciona-nos a imagem da gestão de um património já em grande parte definido, não obstante a importância dos bens legados pela anterior abadessa, Guiomar Gil, ao cenóbio e cuja posse D. Luca discutirá com a família da sua antecessora. Gestão que, à semelhança de outras suas congéneres, apresenta uma tendência para a diminuição da gestão directa, para um aumento paulatino dos bens detidos, limitadas que estão as formas de aquisição pelas sucessivas leis de desamortização promulgadas e para o estabelecimento de longas e, por vezes, quase intermináveis contendas com outras instituições eclesiásticas ou com particulares sobre a posse de património.

O estudo de Luís Rêpas termina com a publicação de um volumoso apêndice documental de quase trezentas páginas e que colige documentação compreendida entre 1286 e 1299, ou seja toda a duração de abadessado de D. Luca Rodrigues. Apêndice que nos permite entrever as bases documentais da análise efectuada e proporciona ao leitor o manuseio de um amplo conjunto de fontes agora publicadas, na linha aliás de outras dissertações elaboradas no âmbito do mesmo mestrado.

No conjunto, o estudo de Luís Rêpas, se bem que cronologicamente limitado pela escolha de um abadessado, proporciona-nos uma imagem multifacetada da organização e da vida da comunidade de Arouca ao longo das últimas décadas de Duzentos, cenóbio central no conjunto da rede conventual feminina dos séculos finais da Idade Média, no qual a nobreza, no dizer feliz do autor, “*trajava de branco*” e coloca-nos, de novo, no centro das discussões em torno do monaquismo feminino, das suas formas de organização e de vivência específicas, onde tantas questões permanecem ainda em aberto.

Esperemos que, em breve, possamos vislumbrar em quantos mais cenóbios a nobreza optou por “*trajar de branco*” nestes séculos finais da medievalidade.

Hermínia Vasconcelos Vilar